



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,
raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Relações Patriarcais de gênero, sexualidade, raça e etnia

CISHETEROPATRIARCADO E O CORPO-TERRITÓRIO: BREVES APONTAMENTOS

JOSE FILHO ARAUJO SANTOS ¹

RESUMO:

O modo de produção capitalista, historicamente centrou seu ataque em torno da terra, território, bens naturais, e superexploração da força de trabalho, a partir do advento da propriedade privada, articulando-se particularmente com a regulação da sexualidade humana e o controle sobre os corpos das mulheres. Este processo revela o imbricamento da sociabilidade capitalista-racista-cisheteropatriarcal.

Palavras-Chave: Cisheteropatriarcado, corpo-território, capitalismo, mulheres.

ABSTRACT:

The capitalist mode of production, historically centered its attack around land, territory, natural assets, and superexploitation of the workforce, from the advent of private property, particularly articulating with the regulation of human sexuality and control over women's bodies. This process reveals the intertwining of capitalist-racist-cisheteropatriarchal sociability.

Keywords: Cisheteropatriarchy, body-territory, capitalism, women.

1 INTRODUÇÃO

Os processos de colonização no marco do desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, a partir do continente europeu, no processo de desagregação da sociedade feudal e constituição da sociedade capitalista, instaura com a colonização a busca pelas riquezas e apropriações violentas dos territórios da América Latina, e diga-se, do território brasileiro.

¹ Universidade Estadual de Roraima



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A busca pelas riquezas, centrou seu ataque em torno da terra, dos bens naturais, e da superexploração da força de trabalho, no marco das mudanças operadas no cenário de desenvolvimento capitalista, a partir do advento da propriedade privada, articulando-se como determinação basilar a regulação da sexualidade humana a partir do formato de família monogâmica heterossexual, e, por conseguinte, controle sobre os corpos das mulheres.

Este processo revela um profundo imbricamento nas dinâmicas estruturais da relação objetiva e subjetiva, demarcando níveis de cercamento que confluem desde a Europa, na expropriação da terra dos camponeses, no controle e regulação da sexualidade das mulheres, como cita Federici (2017; 2019), como no atravessamento dos mares, no ataque às sexualidades indígenas e negras da população originária, sujeitos da terra, com inúmeras práticas de violência e regulação sexual, a partir da arquitetura cisheteropatriarcal (Oliveira, 2021).

Este estudo, é resultado parcial das análises desenvolvida em nível de doutoramento em Serviço Social. A reflexão que ora apresentamos, se constitui sob uma análise qualitativa, a partir da pesquisa bibliográfica desenvolvida, configurando-se numa reflexão teórica.

2 CISHETEROPATRIARCADO E O CORPO-TERRITÓRIO

A formação social brasileira guarda em sua constituição uma particularidade que informa determinados processos sociais, econômicos, políticos e culturais que estruturam sistematicamente as relações sociais no que tange à produção da vida humana e a reprodução social. As marcas indelévels desta formação social se articulam entre as classes sociais, em sua dinâmica e significado social, no processo da atividade instituída pelo trabalho social, gerador de riqueza, e das condições materiais, face ao cercamento do trabalho e dos seus frutos, ao passo em que amplia suas formas de exploração, apropriação privada e opressão, com o acento da violência étnico-racial e de gênero-sexualidade.

A estrutura imposta pelo *cercamento* da riqueza nacional do país esteve direcionada sobre o processo de desenvolvimento do capitalismo, constituindo suas bases no continente europeu, a partir da erosão do regime político e econômico do feudalismo. Vale ressaltar que a gênese das relações de produção capitalistas historicamente se constituiu por meio de práticas assentadas na expropriação e violência. O marco inicial de emergência do capitalismo se inaugura com o rompimento do modo de produção feudal, a partir da:

[...] expropriação do povo do campo; reforma e roubo dos bens da Igreja (católica); legislação sanguinária contra os pobres da Europa, através de encarceramento e trabalho forçado; roubo dos domínios do Estado; a colonização e seu cortejo trágico de escravização, extermínio de populações e pilhagem; estabelecimento de sistemas

tributários voltados para favorecer o grande capital, assim como as dívidas públicas etc. (Fontes, 2018, p. 21).

Marx (1996) no livro I do 'O Capital', concebe o nascimento da modernidade capitalista através da produção do valor, tendo como base a dominação dos territórios, com os saques, divisões e genocídios dos povos, estabelecendo de forma orgânica a apropriação violenta do poder e das riquezas socialmente produzidas. Para o autor, a violência engendrou relações sociais de produção potencializando processos econômicos de acumulação primitiva da riqueza.

Este movimento produziu diversos tipos de *cercamentos*, como assinala Federici (2017), em torno do nascimento da modernidade, localizando o controle e violência da nova sociabilidade sobre os corpos das mulheres. Para a autora, o rompimento com o modo de produção feudal eliminou as relações de servidão, promovendo a extinção das relações comunais, instituindo a propriedade privada como forma social de regulação do ordenamento jurídico-político e econômico capitalista.

A separação entre o trabalhador e a terra e o advento da economia monetária formaram o ponto culminante da luta travada pelos trabalhadores medievais para se libertarem da servidão. Não foram os trabalhadores – homens e mulheres – que foram libertos pela privatização da terra. O que se "libertou" foi o capital, na mesma medida em que a terra estava agora "livre" para a exploração, e não como meio de subsistência (Federici, 2017, p. 146).

Nesse contexto, Federici (2019, p. 22) ressalta que:

[...] as mulheres foram o principal alvo dessa perseguição, uma vez que foram elas as mais severamente empobrecidas pela capitalização da vida econômica e que a regulação da sexualidade e da capacidade reprodutiva delas foi à condição para a construção de formas mais rígidas de controle

Para a autora, assim:

As mulheres foram acusadas de bruxaria porque a reestruturação da Europa rural no início do capitalismo destruiu seus meios de sobrevivência e a base de seu poder social, deixando-as sem nenhum recurso além da dependência da caridade de quem estava em melhores condições. Isso em uma época de desintegração dos laços comunais e de cristalização de uma nova moralidade (Federici, 2019, p. 62).

Para a autora, a perseguição às mulheres, na condição de *peçoas perigosas*, sob a reprodução da lógica capitalista, indicava a realidade dos processos de expropriação e violência, acentuados pelas opressões patriarcais, no domínio dos corpos e saberes das mulheres na relação com a terra e a natureza. Para Federici (2019, p. 41), é possível:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

[...] uma compreensão histórica diferente, segundo a qual a população africana escravizada, as comunidades camponesas expropriadas da África e na América Latina e os povos indígenas massacrados na América do Norte seriam parentes próximos das bruxas europeias dos séculos XVI e XVII – estas, assim como esses grupos, tiveram suas terras comuns confiscadas, vivenciaram a fome produzida pela mudança para a agricultura comercial e viram sua resistência ser perseguida como sinal de um pacto diabólico.

Federici (2017) explicita que a sexualidade das mulheres, da Europa do século XVI e XVII, manifestava a incidência do acúmulo primitivo de capital na configuração da propriedade privada e na engrenagem dedicada às mulheres nesta arquitetura. A autora ressalta que essa perseguição:

[...] não só condenou a sexualidade feminina como fonte de todo mal, mas também representou o principal veículo para levar a cabo a uma ampla reestruturação da vida sexual, que ajustada à nova disciplina capitalista do trabalho, criminalizava qualquer atividade sexual, que ameaçasse a procriação e a transmissão da propriedade dentro da família ou que diminuísse o tempo e a energia disponíveis para o trabalho (Federici, 2017, p. 349-350).

Federici (2017) destaca que apropriação privada das terras e dos corpos das mulheres rompe com os sistemas comunitários de gestão e partilha de grupos gentílicos, fundamentando a lógica da produção capitalista, com o forte vetor do casamento monogâmico heterossexual. A propriedade privada não existiria se a maternidade e a monogamia não fossem impostas às mulheres, sendo essas duas exigências necessárias para que o modo de produção capitalista passasse a existir. Com base em Federici (2017, p. 33), reafirmamos que o corpo das mulheres:

[...] é um significante para o campo das atividades reprodutivas que foi apropriado pelos homens e pelo Estado e convertido em um instrumento de produção de força de trabalho (com tudo aquilo que isso pressupõe em termos de regras e regulações sexuais, cânones estéticos e castigos), então o corpo como lugar de uma alienação fundamental que só pode ser superada com o fim da disciplina-trabalho que o define.

Na particularidade da formação social brasileira, a racionalidade colonial-capitalista, acentuada com o racismo e o cisheteropatriarcado, produziram regimes de exploração e opressão que se entrelaçaram, retroalimentando formas diversas de violência e desigualdade. Para Oliveira (2021, p. 128-129), o cisheteropatriarcado se articula de forma imbricada ao racismo na condição de produção e desenvolvimento das relações capitalistas nas terras brasileiras. De acordo com a autora:

O cisheteropatriarcado é constitutivamente uma categoria racializada. Se antes do capitalismo, a genitália determinava uma série de atributos do sujeito em dada sociedade (em algumas sociedades ocidentais), isso se complexifica no capitalismo, embora ainda tenha tamanha determinação na fundamentação da cisnormatividade. O que queremos dizer é que no capitalismo a designação sexual é substancialmente alterada devido à existência do racismo, se portando de forma distinta para a população colonizadora e

colonizada. Ou seja, as pessoas racializadas com genitália feminina não foram imediatamente identificadas como mulheres. Foram, num primeiro momento, vista como uma espécie animal não humana e, depois, um tipo de sub humanidade abjeta (Oliveira, 2021, p. 128-129).

A inferiorização e dominação dos corpos racializados instituiu, sob o racismo estrutural, a marginalização e objetificação das existências e sexualidades, tendo aporte da moral religiosa na funcionalização da arquitetura da exploração e opressão. Para Curiel (2017, p. 52):

Desde el punto de vista doctrinario y religioso el racismo tiene sus orígenes en el debate teológico que sucede en el siglo XV en el contexto de la colonización y esclavitud impuesta por Europa en América y África. Primero surge la teoría monogenista con base a la idea de que todos los humanos descienden de Adán y Eva. En esa lógica los nativos americanos fueron considerados como seres inferiores, no descendientes de Adán y Eva y que no tenían alma, por tanto no se asumían como humanos. Posteriormente la teología colonial en torno a la población africana justificaba la esclavitud asumiendo que los negros eran hijos de Cam, el hijo negado de Noé, argumentando que había nacido negro por una maldición y que por decisión divina estaban destinados a la servidumbre y la esclavitud, ideas que se mantuvieron durante siglos en la tradición judeo-cristiana. (Larkin, 2002; Lalueza, 2001).

Para Curiel (2013), são essas bases que deitam raízes nas relações sociais, estabelecendo determinações em sua reprodução, função e regulação social, configurando histórica e culturalmente as relações de domínio econômico, político e subjetivo, no marco das relações sociais capitalistas e racistas. De acordo com Gonzalez (2018, p. 42) este marco é:

[...] um dos principais determinantes da posição dos negros e não brancos dentro das relações de produção e distribuição. Uma vez que o racismo (de forma similar ao sexismo) transforma-se em uma parte da estrutura objetiva das relações ideológicas e políticas do capitalismo.

A cisgeneridade masculina heterossexual, na coesão da binariedade entre o ser homem (macho) e o ser mulher (fêmea), engendra a demarcação dos corpos sob a concepção biológica dos órgãos genitais, atribuindo conteúdo sócio-histórico e cultural às construções corpóreas na pluralidade das existências humanas em suas dinâmicas afetivas e sexuais. Concordando com Oliveira (2021, p. 30), entendemos que o cisheteropatriarcado se estabelece como:

[...] regime total de domínio e opressão que constitui a exploração do trabalho pelo modo de produção capitalista (MPC), subalternizando as mulheres e degenerando o que foi construído socialmente como feminino, reservando o local de poder, privilégio e domínio aos homens, e ao que foi construído ideologicamente como masculino. Evidentemente que esse prestígio e poder social masculino tornam-se mais instáveis ou inacessíveis quando nos referimos aos homens transexuais não binários. O cisheteropatriarcado manifesta-se nas práticas sociais e institucionais através da violência, da sexualidade, da cultura, da divisão sociosexual do trabalho e do tratamento desigual e degradante dado às mulheres, devido a condição de fêmeas, e também às pessoas transexuais ou transgêneros por não aceitarem a designação sexual imposta ao nascimento. A dicotomia ou o dimorfismo que delimita o macho e a fêmea (o sexo biológico), uma construção social desde o momento em que passou a ser significada socialmente, é a característica determinante imposta aos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

sujeitos demarcando os limites e possibilidades de seus comportamentos. Essa ordem de gênero patriarcal (SAFFIOTI, 2015) é cisnormativa por natureza ao determinar, a partir dos órgãos sexuais, se o ser humano será homem ou mulher, engendrando a lógica heteropatriarcal e monogâmica, através da imposição expressa ideologicamente em diversos âmbitos das relações sociais, como no Estado, na família e nas instituições sociais, que um ser humano de um sexo deve se relacionar única e exclusivamente com outro ser humano do sexo oposto.

Na seara do *cercamento* violento aos territórios da América Latina, a transformação das riquezas naturais, para além de combustível para o desenvolvimento da indústria e do comércio na Europa, desenvolveu uma matriz econômica e política de captura da mais-valia pelas economias centrais do capitalismo mundial, a partir do cercamento do corpo-território – ou território-corpo¹.

A superexploração da força de trabalho das populações racializadas, de forma compulsória, bem como o saque aos recursos naturais, lançou o corpo feminino de mulheres indígenas e negras no *front* das relações de exploração-dominação, ao impor a des-re-territorialização deste corpo-território ligado à terra e à natureza, demonstrando-se aí formas perversas de interferência do cisheteropatriarcado nas formas de vida e modos de ser das populações originárias. Porém, desde o início do processo de colonização, as mulheres racializadas sofrem o avanço da violência sobre seus corpos e territórios no total desrespeito de sua condição humana e político-cultural. Para Barbosa e Nóbrega (2023, p. 42):

As mulheres indígenas são as principais defensoras da concepção do território como espaço de vida. O “território-corpo” se vincula a esse processo, no sentido de uma reconexão dialética. [...] como anteparos à lógica das separações das relações sociais do sistema colonial-capitalista.

As mulheres racializadas colocam-se na resistência e afirmação do corpo-território como parte das relações humanas e sociais mais amplas, na simbiose corpo-natureza-território face à des-re-territorialização do “capitalismo patriarcal que enxerga separações (natureza-cultura, meio ambiente-pessoas)” (Barbosa; Nóbrega, 2023, p. 43), como fundamento da imposição de um arquétipo humano e, por conseguinte, social, nos moldes da propriedade privada capitalista eurocentrada.

¹ Vale dizer que o “território-corpo” ou “corpo-território” é categoria reivindicada por mulheres indígenas no Brasil, no México, na Guatemala e na Bolívia (Barbosa; Nóbrega, 2023, p. 32); é “uma epistemologia latino-americana e caribenha feita por e desde mulheres de povos originários” e inclui suas posições dentro do que denomina “novos olhares ecofeministas desde o Sul”. Faz parte deste movimento o Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo, criado em 2012 (Haesbaert, 2020, p. 80). Para Barbosa e Nóbrega (2023, p. 43) o “conceito de território-corpo prefigura outra concepção de território e de suas sociabilidades que se opõe radicalmente à lógica da propriedade privada e da reprodução incessante do capital. Vinculados à defesa dos comuns, eles são a base de um paradigma não capitalista, prefigurando formas de convivência e posicionamento nos territórios em perspectiva comunitária e em equilíbrio com a natureza”.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Este modo de produção desconsiderou os pertencimentos *ontoepestêmicos* (Barbosa; Nóbrega 2023) das populações étnico-raciais, promovendo um profundo apagamento e genocídio de diversos povos e suas culturas, como estratégia política de apropriação privada da terra, do território e do corpo. Barbosa (2017, p. 108) indica que a tríplice natureza das relações sociais e econômicas assentadas na colonização, escravidão e patriarcado legou ao Brasil:

[...] uma profunda segregação social e um antagonismo de classe determinados, por um lado, pela condição estrutural de quem (não) detém os meios de produção e, por outro, pelo lugar social atribuído pelos conquistadores (e pelas elites nacionais pós-colonização) aos povos indígenas, afrodescendentes e camponeses.

A marca profunda da segregação social e do antagonismo de classes configurou projetos societários com distintas matrizes, demarcando lutas entre a burguesia transnacional e os movimentos sociais camponeses. Em seus conflitos, o cercamento da riqueza socialmente produzida convergiu para transferir a produção social da riqueza em suas altas taxas de lucratividade, para o capital internacional, ao passo que promoveu internamente o subdesenvolvimento e uma dependência local aos mecanismos de apropriação privada internacional do capital, configurando bases produtivas a partir da dimensão agrária, ambiental, industrial e bancária, face a superexploração da força de trabalho da classe trabalhadora, os *filhos da terra*. De acordo com Traspadini (2016, p. 170, grifo próprio):

[...] a renda da terra, ancorada na produção para a exportação, e o trabalho livre, assalariado ou não, vinculado a ela, gerou um tipo particular de protagonismo periférico ao capital latino-americano" descortinando a "subsunção formal, enraizada particularmente na metamorfose da mercadoria-valor-dinheiro em capital, como a tônica das [...] dinâmicas de desenvolvimento do capitalismo no continente.

Essa forma *sui generis* do capitalismo no Brasil e na América Latina explicita o motivo pelo qual o capitalismo, em nossa região, especialmente quando pensamos contemporaneamente a sua fase financeirizada, mantém a lógica voltada para os eixos centrais do mercado mundial, mediante a produção de *commodities*² e a *reprimarização* da economia nacional, demarcando nossa constituição particular de *colônia*, no cenário das relações geopolíticas do capital.

O capitalismo dependente tem, na dimensão agrária, a definição de sua regulação e desenvolvimento a partir de um modelo rentista-neoextrativista (Carvalho; Milanez; Guerra, 2018), modelo esse que guarda na dimensão agrária os condicionamentos da sua composição orgânica, sobretudo quando notamos a constituição dos grandes trustes e cartéis que fundem grandes

² Commodity é "[...] qualquer produto originário de atividade agropecuária, florestal ou pesqueira ou qualquer mineral em sua forma natural ou que tenha passado por processamento costumeiramente requerido para prepará-lo para comercialização em volume substancial no comércio internacional" (Delgado, 2009, p. 128).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

oligopólios, a exemplo das grandes mineradoras e empresas do agronegócio que têm em sua regência desde corporações industriais até empresas privadas, setores agroalimentares e bancos. Essas articulações promovem uma intensa mercantilização das *commodities* agrícolas e mineiras (Carvalho; Milanez; Guerra, 2018), devastando a natureza e alargando as “*veias abertas da América Latina*” (Galeano, 2010). Nisto, corroboramos com Traspadini (2016, p. 27), em sua compreensão de que:

[...] a questão agrária é a raiz do passado-presente subordinado e dependente da condição do desenvolvimento da América Latina na dinâmica geral das leis tendenciais do movimento do capital. Na questão agrária, a terra e o trabalho emergem como a substância explicativa da superexploração da força de trabalho e dos mecanismos de opressão que lhe dão sentido, ao mesmo tempo em que são conformados por ela.

Voltando à Federici (2017, p. 27), assinalamos, junto com a autora, que a globalização do capital, em seus aspectos constitutivos da acumulação primitiva, realiza de forma constante e extemporânea a “expulsão dos camponeses da terra, a guerra, o saque em escala global e a degradação das mulheres”, expressando um *modus operandi* necessário “para a existência do capitalismo em qualquer época”, da mesma forma que estabelece os cercamentos como “um fenômeno mais amplo que a simples separação da terra por cercas”. Estrutura-se o “cercamento de conhecimento, de nosso corpo, de nossa relação com as outras pessoas e com a natureza” (Federici, 2019, p. 53) como estratégia mais ampla de exploração e dominação. Em acordo com Saffioti (2004, p. 130), não há como separar:

[...] de um lado, a dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista. Para começar, não existe um processo de dominação separado de outro de exploração. [...] não há dois processos, mas duas faces de um mesmo processo. Daí ter-se criado a metáfora do nó para dar conta da realidade da fusão patriarcado–racismo–capitalismo.

A posição do poder masculino na correlação de classes assumida por meio dos grupos dominantes, geralmente comandadas por homens cisgêneros, brancos, cristãos e proprietários dos meios de produção, revela as raízes e tronco de uma estrutura econômica e política alicerçada pelo capitalismo cisheteropatriarcal a partir das estratégias de concentração de riquezas, pilhagem de recursos naturais, apagamento das populações originárias, promoção do racismo estrutural e ataque à vida e ao corpo de mulheres e LGBTI+.

Este modo de produção impõe o desenvolvimento de um conjunto de divisões que se articulam juntamente à divisão do trabalho entre as classes sociais: a divisão sócio-territorial entre áreas espaciais e geográficas, no sentido do centro e da periferia; a divisão entre campo-cidade-natureza, em suas formas de alcance privado, especulação e domínio da terra/território; a divisão racial dos grupos étnico-raciais, com as posições de superioridade e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

inferioridade separando pessoas brancas, negras e indígenas e a interface com as condições materiais e subjetivas de acesso aos bens e serviços; a divisão entre gênero e sexualidade a partir de *papéis sociais* construídos e definidos em torno da caracterização da masculinidade e da feminilidade; o desprezo às orientações sexuais e identidades de gênero diversas que irrompem com as noções de homem/mulher, subordinando as relações humanas e sua reprodução à lógica da desigualdade na totalidade da vida. Assim:

O capital se empenha continuamente em moldar os corpos de acordo com seus próprios requisitos, ao mesmo tempo em que internaliza em seu *modus operandi* efeitos de desejos corporais, vontades, necessidades e relações sociais em mudança e interminavelmente inacabados [...] da parte do trabalhador. Esse processo molda muitas facetas da vida social, como “opções” em termos de sexualidade e de reprodução biológica ou de cultura e modos de vida, ainda que essas “opções” [...] sejam plasmadas de modo mais geral pela ordem social e por seus códigos legais, sociais e políticos, bem como por suas práticas disciplinares (Harvey, 2000, p. 157).

A partir disso, pode-se entender como a estrutura cisheteropatriarcal se estabelece na organização e regulação da reprodução social, determinando condições objetivas e subjetivas, em processos de exploração e dominação, incidindo sobre dinâmicas individuais e coletivas, ao passo que manifesta os seus muitos níveis de desumanidade. Neste sentido, no Brasil, o peso do processo de colonização, articulado ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, impôs uma busca desenfreada pela europeização do corpo-território, a partir das bases cisheteropatriarcais, conformando determinações sócio-históricas na produção de desigualdades estruturais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O corpo-território (Haesbaert, 2020; Barbosa; Nóbrega, 2023) evidencia, em sua configuração, as determinações e condicionamentos desta ordem societária capitalista-racista-cisheteropatriarcal, apresentando os profundos processos de organização da exploração e opressão que classifica, organiza e hierarquiza as condições de vida das classes sociais na divisão social, técnica, racial e sexual do trabalho, e as interligações da estrutura com a superestrutura na estruturação do Estado social capitalista.

Este corpo-território assenta suas raízes na terra, assumindo como suporte a dimensão agrária e ambiental como basilar das relações de produção e desenvolvimento da sociabilidade capitalista, instituindo-se, a partir daí, formas de latifúndios e monoculturas que avançam com a modernização dos processos de articulação do capital industrial, bancário, financeiro, no marco da



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

urbanização, entrelaçando formas de produção do valor, através das commodities, com os megaprojetos de desenvolvimento calcado no agronegócio, minério negócio e hidronegócio.

Esse processo galga condições fundamentais para as desigualdades no campo objetivo e subjetivo da vida, atrelando níveis de exploração e opressão que se reproduzem sobre variadas formas nas trajetórias individuais e coletivas, tomando como palco as relações humanas e sua reprodução social.

O lugar do corpo, aqui por nós entendido, se institui, na sociabilidade capitalista cisheteropatriarcal a partir da sexualidade, com posições ideopolítica, sobre como o exercício da sexualidade humana deve acontecer a partir de interesses econômicos e políticos, baseados numa construção regulatória que naturaliza tais interesses em fundamentos culturais da vida humana, naturalizados no que tange a sua produção e reprodução social.

O regime cisheteropatriarcal conflui dialeticamente em seu imbricamento com o capitalismo e o racismo em sua forma de organização da vida, e no engendramento de níveis de exploração e opressão, como parte da totalidade da vida social. Visto que, como destaca Saffioti (2004), não existe uma dimensão qualitativamente da realidade da vida social descolada da outra, não existe uma dimensão que está contraposta, a outra, prevaemente no envelhecimento.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Alba Maria Pinho de; MILANEZ, Bruno; GUERRA, Eliana Costa. Rentismo-Neoeextrativismo: a inserção dependente do Brasil nos percursos do capitalismo mundializado. *In*: RIGOTTO, Raquel Maria; AGUIAR, Ada Cristina Pontes; RIBEIRO, Lívia Alves Dias. (org.). **Tramas para a justiça ambiental**: diálogo de saberes e práxis emancipatórias. Fortaleza: Edições UFC, 2018. p. 19-58.

CURIEL, Ochy. **La Nacion heterossexual**: análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación. Colombia: Brecha Lésbica, 2013.

CURIEL, Ochy. Género, raza, sexualidad: debates contemporáneos. **Intervenciones en estudios culturales**, Bogotá, v. 4, p. 41-61, 2017.

BARBOSA, Lia Pinheiro. Legado e rupturas da revolução soviética desde as lutas sociais na América Latina. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 13, n. 24, p. 107-138, 2017.

BARBOSA, Lia Pinheiro; NÓBREGA, Luciana Nogueira. A luta das mulheres indígenas na América Latina e a crise ambiental. **SER Social**, Brasília, v. 25, n. 52, p. 29-48, 2023.

DELGADO, Nelson Giordano. **O regime de Bretton Woods para o comércio mundial**: origens, instituições e significado. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: Edur, 2009.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

FEDERICI, Sílvia. **Mulheres e caça às bruxas**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FONTES, Virgínia. A transformação dos meios de existência em capital: expropriações, mercado e propriedade. *In*: BOSCHETTI, Ivanete (org.). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018. p. 17-61.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2000.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **GEographia**, Niterói, v. 22, n. 48, p. 75-90, 2020.

HAESBAERT, Rogério. Reflexões geográficas em tempos de pandemia. **Espaço e Economia**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 1-6, 2020.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro 1, v. 1: O processo de produção capitalista. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

OLIVEIRA, Rayane Noronha. **Serviço social, classe, gênero e raça**: tendências teórico metodológicas e as possíveis contribuições da Teoria Unitária. 227f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

TRASPADINI, Roberta Sperandio. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina**: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas. 2016. 338 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação: Conhecimento e Inclusão Social em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.